

## 4

### Sobre a Psicologia

Após nos equipar de tantos instrumentos dados nos capítulos anteriores, parece que somos capazes de pensar sobre como a psicologia se articula com a neurociência. Assim, neste capítulo, serão apresentadas algumas articulações que ocorrem entre os dois campos. Em um primeiro momento, serão apresentados os discursos que encontramos e que fazem menção a junção das duas áreas. Em seguida, a psicologia será apresentada em sua diversidade, e serão utilizadas algumas considerações estabelecidas sobre sua pluralidade. Por fim, a psicologia será repensada a partir da Teoria Ator-Rede. Entretanto, cabe ressaltar que não se fará uma nova proposta para o campo; o objetivo é apenas acompanhar o que a psicologia nas redes com a neurociência.

#### 4.1. Pensando a Neurociência para a Psicologia

Frequentemente lembrado por aqueles que trabalham na interface entre psicologia clínica e neurociência, o estudo realizado em 1992 pelo psiquiatra Lewis Baxter e seus colaboradores se tornou uma referência comum nos textos da área. Baxter e seu grupo apresentaram um dos primeiros estudos que aponta a ação que a psicoterapia exerce nas sinapses cerebrais, de maneira semelhante às drogas psicotrópicas. Por meio de exames de neuroimagens, identificaram um funcionamento anormal (hiperfuncionamento) no núcleo caudado do hemisfério direito em pacientes com transtorno obsessivo compulsivo (TOC). Em seguida, 66 pacientes com TOC foram selecionados e distribuídos em três grupos distintos. O primeiro grupo foi tratado exclusivamente com fluoxetina (o popular *Prozac*), inibidor seletivo de recaptção de serotonina considerado bastante eficaz no tratamento farmacológico do TOC, enquanto o segundo grupo foi tratado somente com psicoterapia de base cognitivo-comportamental. O terceiro grupo serviu de

grupo controle e, portanto, não recebeu qualquer tratamento. Após aproximadamente 10 semanas seguindo esta organização, cerca de 80% dos pacientes tratados exclusivamente com fluoxetina ou com a psicoterapia apresentam melhoras significativas dos sintomas de TOC relatados. O mais curioso foi a observação de que tanto a ação psicoterápica quanto a intervenção psicofarmacológica eficazes se relacionaram com a restauração de um funcionamento normal das estruturas neuroanatômicas que se mostravam mais ativadas antes dos tratamentos (observadas novamente por neuroimagem).

Concluiu-se, a partir do trabalho de Baxter e colaboradores (1992), que tanto a administração prolongada da fluoxetina quanto o uso de psicoterapia igualmente atenuam o funcionamento de um circuito nervoso, correlacionando-se com a diminuição ou o desaparecimento dos sintomas compulsivos. Algo de muito importante está sendo dito para os psicólogos clínicos: a psicoterapia (pelo menos a cognitivo comportamental) produz efeito direto em tecido cerebral, promovendo modificações funcionais semelhantes às induzidas igualmente pelas drogas psicotrópicas. Isto não é apenas uma opinião; trata-se de um fato científico!

Diante disto, não parece exagero afirmar o papel que a Psicologia pode ocupar nos estudos neurocientíficos. O inverso também é válido: a neurociência parece poder contribuir bastante para o campo da Psicologia. Esta relação parece tão óbvia, que não é difícil se deparar com declarações tão positivas quanto a feita agora. Ao nosso redor, somos apresentados constantemente às marcas desse encontro: revistas científicas, eventos, cursos, livros, programas televisivos. Na verdade, há tantas articulações com o campo da Psicologia quanto há trabalhos neurocientíficos, que às vezes pode até ser difícil dizer o que é próprio de um campo e de outro. Afinal, se a Neurociência trata da circulação da ideia de um cérebro como aquilo que produz a mente, é fundamental para o campo neurocientífico a presença daqueles que tomaram para si essa mente como objeto de estudo.

Segundo Antônio Pedro Cruz e J. Landeira-Fernandez (2007), o debate acerca da natureza da mente humana vem tomando novos rumos graças à origem e ao aprimoramento de novas técnicas de investigação da atividade neural. Diante deste quadro, os autores sugerem que podemos pensar em uma “Psicologia baseada em um cérebro em transformação” e até tratar a psicoterapia como uma intervenção psicobiológica. Nada mais justo, quando levado em consideração o trabalho de Baxter e seus colaboradores, assim como um conjunto de outras evidências

desenvolvidas pela neurociência e que apontam para essa ação da psicoterapia na modulação do funcionamento cerebral.

Entretanto, parece que se articular com a neurociência, a Psicologia<sup>32</sup> deve antes se adequar ao discurso presente no campo: compartilhar de uma visão de cérebro e mente como relacionados; atuar de maneira interdisciplinar; e agir dentro dos parâmetros científicos. Desta forma, a Psicologia que se apresenta no campo da neurociência, é necessariamente, uma psicologia científica. Quando observamos o neurocientista falando sobre a Psicologia, isto se torna um pouco mais claro. Por exemplo, John Pinel (2005) aponta sua preferência em falar numa “Biospsicologia”, pois denota a “abordagem biológica ao estudo da psicologia, em vez de abordagem psicológica ao estudo da biologia”. Desta forma, o autor toma a Psicologia como o estudo do comportamento, ou seja, o “estudo científico de todas as atividades explícitas dos organismos, assim como todos os processos internos que se presume estarem por trás delas”, como, por exemplo, a aprendizagem, a memória, a motivação, a percepção e a emoção (Pinel, 2005, p. 33).

Outro exemplo interessante se encontra na obra de Michael S. Gazzaniga e Todd M. Heatherton, *Ciência Psicológica – Mente, Cérebro e Comportamento*. Nesta obra, que já nos dá uma dica em seu título do que se trata o livro, os autores afirmam:

A ciência psicológica é o estudo da mente, do cérebro e do comportamento. [...] Mente se refere à atividade mental, como os seus pensamento e sentimentos. [...] A atividade mental resulta de processos biológicos dentro do cérebro, tal como a ação de células nervosas e reações químicas associadas. [...] Por enquanto, basta saber que “a mente é o que o cérebro faz”. Em outras palavras, é o cérebro físico que capacita a mente. (Gazzaniga e Heatherton, 2005, p. 40).

Ora, sendo a psicologia (científica) aquilo que estuda a mente, o cérebro e o comportamento e a neurociência como o campo interdisciplinar que estuda o cérebro como aquilo que produz a mente, chegamos a um impasse. Não fica clara a distinção entre Psicologia e neurociência; ambas se confundem se seguirmos estas definições. Quem é o que?

Na verdade, o que vemos é que “uma revolução biológica de imensa importância está em progresso na aurora do século XXI, trazendo consigo algumas das maiores descobertas na ciência psicológica” (Gazzaniga e Heatherton, 2005,

---

<sup>32</sup> Neste capítulo, será utilizado *Psicologia* para se referir ao campo geral de estudos, enquanto *psicologia* será utilizado para tratar de uma área específica.

p. 41). Que revolução é esta? De maneira bem indireta, os autores apontam para os efeitos da neurociência no conhecimento do campo da psicologia. Esta começa a se definir não mais em seus termos, mas a partir dos trabalhos oriundos da suposta “revolução biológica”. A psicologia finalmente está encontrando respostas científicas para como funciona a mente, através dos trabalhos neurocientíficos? Encontramos finalmente o que é a mente e como ela se organiza no cérebro?

Monah Winograd (2010) nos lembra de que nos últimos trinta anos, pode-se observar a consolidação explícita de um projeto de naturalização do pensamento e de condensação do sujeito no cérebro. Isto tem provocado uma mudança essencial no modo como passamos a organizar nosso entendimento de si e nosso sofrimento psíquico, assim como discute Ehrenberg (2009a) ao se referir a um “sujeito cerebral”. A partir da enorme massa de novos dados neurocientíficos sobre a experiência subjetiva, os saberes ‘psi’ se aproximaram cada vez mais de se consolidarem como ciências positivas e fisicalistas, capazes de dar conta neuroquimicamente da complexidade de nossa vida subjetiva. Como ressalta Winograd (2010), o projeto é “encontrar, para os fenômenos psíquicos individuais, descrições universais referidas à neurobiologia da espécie humana e, portanto, imunes a quaisquer contaminações ideológicas, humanistas ou subjetivistas” (Winograd, 2010, p. 522).

Essa mudança no campo dos saberes ‘psi’ produz inúmeras consequências teóricas, clínicas e éticas. Por exemplo, para a psicologia clínica, isso implica uma substituição progressiva das técnicas psicodinâmicas por uma abordagem cognitivo-comportamental, supostamente mais precisa e objetiva. Ao mesmo tempo, a clínica psiquiátrica passa atuar principalmente através do registro físico por meio de intervenções medicamentosas (Winograd, 2010). Podemos considerar que há um efeito na reconfiguração do campo ‘psi’ como influência direta do campo ‘neuro’.

Não é exagerada a afirmação de Ehrenberg (2009a) ao falar de um programa forte da Neurociência<sup>33</sup>. A fusão entre a neurologia e a psiquiatria é algo presente no horizonte. Pelo menos é o que atestam Fontenelle e Freitas (2008) ao falar de uma “reunificação da Neurologia e da Psiquiatria sob a égide da Neurociência” (Fontenelle e Freitas, 2008, p. 319). Segundo os autores, a convergência de várias

---

<sup>33</sup> Visto no capítulo 1.

subáreas preocupadas com o estudo do cérebro e do comportamento, constituindo a disciplina comum da Neurociência, provocou um aumento significativo sobre o conhecimento biológico do cérebro e da ação deste sobre o comportamento. O resultado disso é um crescente número de evidências científicas que levam a uma importante superposição entre as doenças do cérebro e as doenças da mente. Inevitavelmente, a introdução do conhecimento neurocientífico implica em futuros desafios na formação de neurologistas e psiquiatras.

Para Fontenelle e Freitas, as disciplinas podem permanecer essencialmente separadas, totalmente fundidas ou parcialmente unificadas. Apesar disso, os autores admite que uma fusão completa seria exagerado. Entretanto, apontam para a possibilidade da descrição da fisiopatologia básica da cada transtorno psiquiátrico em um futuro próximo. Com o desenvolvimento do conhecimento sobre a fisiopatologia, será possível o diagnóstico baseado em marcadores biológicos e tratamentos fundamentados em esquemas racionais para cada transtorno, permitindo uma maior atuação de ambos os campos, além de tratamentos mais específicos, mais efetivos e, principalmente, mais acessíveis.

O cenário que se monta não é de plena confiança. Ao mesmo tempo em que se fala de uma nova psicologia repaginada pela neurociência, denuncia-se uma naturalização do pensamento fisicalista tendenciosa no campo ‘psi’. Descrente dos resultados positivos dessa complicada relação entre Psicologia e Neurociência, Azambuja (2012) se pergunta se não estaríamos presenciando o fim da Psicologia. Ao constatar a marca do sujeito cerebral<sup>34</sup>, o autor declara um mal presságio dessa interseção entre os dois campos. Lançando um olhar particular, Azambuja aponta que o problema se encontra no movimento que detecta toda a Psicologia no corpo, mais especificamente, no cérebro, produzindo um possível biologismo sobre o psiquismo.

Tomando os vetores da prática clínica e da interioridade como aquilo que permitiu o nascimento e a sustentação da Psicologia enquanto ciência, Azambuja analisa se podemos pensar na “morte da Psicologia”. A partir dos “avanços” apresentados pela Neurociência, assim como o desenvolvimento dos aparatos tecnológicos de imageamento do cérebro, há um processo de colonização do interior do corpo (Ortega, 2006). O efeito direto disso é uma “desmistificação de

---

<sup>34</sup> Azambuja discute o sujeito cerebral tal como considerado por Vidal e Ortega. Visto no capítulo 1.

várias interrogações e verdades produzidas em relação à alma humana e dos seres vivos durante séculos e nos encaminha a um movimento de desvelamento dos códigos, dos sinais e dos circuitos pelos quais trafega a informação vital dos seres humanos” (Azambuja, 2012, p. 29). Para o autor, parece que a neurociência realizou algo que a Psicologia nunca foi capaz: acessar, mostrar e manipular a “alma”.

Diante de uma assoladora quantidade de trabalhos neurocientíficos, Azambuja conclui que haveria mais nenhuma necessidade da Psicologia como ciência ou profissão. Talvez a Neuropsicologia e todas as outras *neuros* podem receber algum destaque necessário. De maneira pessimista, Azambuja chega a afirmar que “todos os interessados no psiquismo humano deveriam se voltar para isso”, ou seja, é a neurociência o melhor caminho e não mais a Psicologia. Ainda, Azambuja segue:

Todas as teorias sobre o ser humano, todos os manuais, todos os testes de avaliação psicológica, todos os aparatos técnicos que davam suporte para a produção da Psicologia pareciam se esvaír com o novo conhecimento, já que o psiquismo, agora, passava a se tornar visível. Assim, a mente – última fronteira da ciência – poderia ser subsumida por um substrato fisiológico, pelo cérebro e sistema nervoso (Azambuja, 2012, p. 31).

Talvez haja um certo exagero em Azambuja. Na verdade, a intenção do autor é mais alertar sobre os cuidados que devemos ter em relação às afirmações verdadeiras e universais que se costuma fazer sobre o objeto de estudo, independente do campo de origem. De qualquer maneira, exemplifica bem uma interessante reação sobre essa relação entre psicologia e neurociência.

Será que o que resta à Psicologia é se reduzir à neuropsicologia? Como ramo específico da ciência, a neuropsicologia se organiza a partir da investigação do papel de sistemas cerebrais individuais em formas complexas de atividade mental (Luria, 1981). Em termos gerais, isto significa lidar com a delicada relação entre cognição, comportamento e a atividade do sistema nervoso em condições normais e patológicas. Ou seja, podemos dizer que a neuropsicologia estuda principalmente a relação entre as estruturas cerebrais, os processos mentais e o comportamento.

Para isso, a neuropsicologia lança mão de, inicialmente, uma análise detalhada das alterações que surgem em processos psicológicos em casos de lesões cerebrais locais, busca mostrar como os sistemas de processos psicológicos são perturbados por essa lesão (Luria, 1981). Também visto como uma área

necessariamente interdisciplinar, a neuropsicologia trabalha a partir das contribuições de outras disciplinas como a Neurologia e a Psicologia Cognitiva, na investigação da organização cerebral das funções cognitivas (percepção, raciocínio, linguagem, memória, etc.) e com a Neurologia Comportamental, como campo de interface entre Neurologia e Psiquiatria, que enfoca os aspectos comportamentais das doenças que afetam o sistema nervoso central (Mäder-Joaquim, 2010). O desenvolvimento do campo da neuropsicologia acompanhou a evolução do estudo do cérebro, desde a busca pela compreensão sobre como o corpo se relaciona com os processos mentais, até a atualidade, na tentativa de compreender como o sistema nervoso modula as funções cognitivas, comportamentais, emocionais e motivacionais (Andrade & Santos, 2004; Cosenza, Fuentes e Malloy-Diniz, 2008).

Bem, talvez não haja exagero em Azambuja. Se a neuropsicologia se propõe o estudo da relação de processos cognitivos, das circuitarias cerebrais e comportamentais, como pode sobreviver toda a Psicologia diante dos avanços da Neurociência? Para esta, não seria mais necessário um campo ‘psi’. Bastaria, talvez, uma ‘neuropsi’? Excitação, dúvida, descrença, desalento. Se antes falávamos do impacto das considerações feitas pelos estudos do cérebro sobre nossa produção de subjetividade ou na singularidade que marca o campo neurocientífico, o que podemos esperar para a Psicologia? Como a Neurociência se relaciona com a Psicologia?

#### **4.2. Psicologia e Neurociência: uma relação tendenciosa**

Segundo Alfredo Pereira Junior (2001), a base para a organização do campo da neurociência cognitiva remete ao entendimento de como processos cognitivos são executados pelo cérebro, em suas interações com o (restante do) corpo e o ambiente. Os temas epistemológicos que impulsionam esta área de pesquisa neurocientífica refletem um tema pelo qual previamente filósofos e psicólogos se preocupavam. Segundo o autor, o pano de fundo teórico para o desenvolvimento de uma abordagem cognitiva na neurociência se estabeleceu a partir dos anos oitenta, com o desenvolvimento da área de ciências cognitivas, abrangendo a psicologia cognitiva, psicolinguística e a Inteligência Artificial. É a partir dessa configuração teórica que novas ferramentas conceituais e diferentes possibilidades de experimentação (tarefas cognitivas mais precisas e complexas, gerando dados

psicológicos para serem correlacionados com medidas da atividade neuronal) foram se desenhando e caracterizando a neurociência cognitiva.

Passando por uma breve revisão histórica das origens da neurociência, Pereira Junior (2001) aponta que possivelmente a neurociência cognitiva se estabeleceu com a concepção do cérebro pelos investigadores a partir de uma perspectiva nova; esta perspectiva se deu pela confluência de outras três disciplinas anteriores: a neurociência (especificamente a neuroanatomia e a neurofisiologia), a psicologia experimental e ciência computacional. Nesta perspectiva, os estudos comportamentais passam a ocupar um papel fundamental nos trabalhos da neurociência cognitiva. Além disso, coube à psicologia cognitiva, aliada à linguística e à psicofísica, prover descrições detalhadas daquilo que o cérebro faz. Pereira Junior explica que é justamente pela inclusão dos estudos cognitivos do comportamento que temos uma neurociência "cognitiva".

Acompanhando o neurocientista Michael Rugg, Pereira Junior (2001) afirma que a neurociência cognitiva se preocuparia, portanto, de:

“entender como as funções cognitivas, e suas manifestações em termos de comportamento e experiência subjetiva, surjam da atividade do cérebro. É um híbrido de várias disciplinas historicamente distintas, entre as quais havia até recentemente pequeno intercâmbio de métodos e ideias” (Rugg APUD Pereira Junior, 2001, p. 14).

Entretanto, não teria sido apenas um fator que levou à convergência entre as diferentes disciplinas envolvidas. Diversos aspectos contribuíram para isso, como por exemplo, o desenvolvimento de técnicas não-invasivas de neuroimagem, assim como a realização de experimentos com animais, o desenvolvimento de um modelo conexionista e a interação entre psicologia cognitiva e neuropsicologia clínica no estudo de efeitos cognitivos de lesões no cérebro (Pereira Junior, 2001).

Este último fator nos é particularmente interessante, pois aponta para uma psicologia diretamente atuante na neurociência. Sem o intuito de avaliar o mérito das considerações feitas por Pereira Junior e seu rápido olhar histórico sobre o campo, cabe perceber que seu discurso nos apresenta um valor dado à psicologia cognitiva para a neurociência. Ao mesmo tempo, coloca a psicologia em uma íntima relação causal com o campo neurocientífico; é o cognitivismo aquilo que orientou as investigações na neurociência cognitiva. Pode ser difícil, distinguir, após essas considerações, neurociência cognitiva, psicologia cognitiva e neuropsicologia.

O inverso também é verdadeiro. Os estudos neurocientíficos produzem influências diretas nas leituras psicológicas, o que só confunde mais qualquer tentativa de distinguir um campo do outro. Um exemplo disso são os estudos sobre ansiedade.

Ao discutir a teoria e pesquisa que orientam suas considerações em terapia cognitivo-comportamental (TCC), David Clark e Aaron Beck (2012) apontam que uma questão crítica para uma perspectiva cognitiva da ansiedade é se processos cognitivos conscientes desempenham um papel suficientemente importante na propagação e diminuição da ansiedade para justificar uma ênfase no nível cognitivo. A partir de uma breve revisão sobre o assunto, os autores apontam que há considerável evidência neurofisiológica de que regiões corticais superiores do cérebro estão envolvidas no tipo de respostas humanas de medo e ansiedade, que são alvo de intervenções clínicas. Apoiados em Ledoux (2001), Clark e Beck lembram o papel que o hipocampo e áreas relacionadas do córtex envolvidas na formação e na recuperação de recordações no condicionamento do medo contextual mais complexo. Seria esse tipo de condicionamento particularmente relevante à formação e manutenção dos transtornos de ansiedade.

Além disso, Ledoux (2001) observa que o sentimento subjetivo relacionado ao medo envolverá conexões existentes entre a amígdala e o córtex pré-frontal, o cíngulo anterior e as regiões corticais orbitais, além do hipocampo. Assim, Clark e Beck afirmam:

“De um ponto de vista clínico, é a experiência subjetiva da ansiedade que traz os indivíduos à atenção dos profissionais da saúde, e é a eliminação desse estado subjetivo aversivo que é o principal critério para julgar o sucesso do tratamento. **Em resumo, é evidente que o circuito neural do medo é consistente com um importante papel da cognição na patogênese da ansiedade**” (*negrito nosso*, Clark e Beck, 2012, p. 40).

Em uma única frase, os autores reúnem psicologia clínica, psicopatologia e neurociência, sendo esta última aquilo o que sustenta e *confirma* a afirmação feita pela primeira em relação à segunda. Os autores, adotando uma perspectiva cognitiva, definem medo como a avaliação automática de ameaça ou perigo eminente, enquanto consideram a ansiedade como uma resposta subjetiva mais resistente a ativação do medo e caracterizada como um padrão de resposta afetiva, fisiológica e comportamental mais complexa que ocorre diante eventos ou

circunstancias interpretados como ameaças. A evidência que este modelo cognitivo da ansiedade precisava foi dado pelos estudos relativos ao funcionamento cerebral.

De fato, entende-se, dentro da abordagem apresentada, que a ansiedade se configura como um fenômeno complexo, tendo sua forma patológica expressada de três maneiras distintas: pela atividade consciente; por reações comportamentais; e por respostas fisiológicas. Além disso, os estados de ansiedade podem também provocar confusões e distorções da percepção, alterando o significado dos acontecimentos vividos pelo sujeito. Não apenas isso, também se deve considerar que todas as sensações envolvidas com a ansiedade são reações regidas pelo sistema nervoso autônomo e pelo sistema hormonal (Landeira-Fernandez e Cruz, 2007). Esse forte elemento neurofisiológico confere aos estados (cognitivos) da ansiedade um caráter de urgência e força que torna difícil a sua modificação.

Ora, sendo a ansiedade um estado mais duradouro associado com avaliações de ameaça, o tratamento dessa ansiedade se torna um foco importante na saúde mental. É a partir de um modelo cognitivo construído tendo em vista tais aspectos, que a terapia cognitivo-comportamental poderá agir. Na verdade, Clark e Beck ressaltam que o entendimento sobre a ansiedade pode apresentar esse caráter remodelável. Segundo eles, “nas últimas duas décadas, um progresso substancial foi feito no esclarecimento das estruturas e processo cognitivos da ansiedade” (Clark e Beck, 2012, p. 41). Isto levou a um refinamento do primeiro modelo cognitivo apresentado por Beck e colaboradores, incorporando os “avanços importantes feitos dentro da pesquisa clínico-cognitiva da ansiedade” (Clark e Beck, 2012, p. 41). Aquilo que a psicologia (de cunho cognitivo-comportamental) considerava sofre uma releitura frente às novas evidências oferecidas pela neurociência e campos afins.

Segundo Porto, Gonçalves e Ventura (2010), essa articulação da psicologia (clínica) com outras áreas de conhecimento é uma tendência crescente, atualmente. Até os trabalhos iniciais que serviram de base para a abordagem behaviorista, as autoras afirmam que os modelos oferecidos pela psicologia não podiam ser replicados, generalizados, além de terem sua possibilidade de verificação contestável. Isto significava uma metodologia que pouco contribuía na produção do conhecimento científico. Com a TCC, que tem em suas bases filosóficas uma forte influência do behaviorismo, é possível desenvolver um conhecimento que apresente suporte experimental e empírico para a produção de um conhecimento científico

(Porto, Gonçalves e Ventura, 2010). Nitidamente fica explícito um entendimento específico de como a Psicologia deve se caracterizar e se organizar para tomar um valor científico.

É somente com uma definição de seu objeto de forma que ele se torne acessível e manipulável, dentro de um pensamento cientificista que a psicologia pode se desenvolver – e conseqüentemente, a ação terapêutica. A implicação de tal perspectiva é profunda: a melhor compreensão dos mecanismos biológicos subjacentes à terapia pode acarretar melhoras nas intervenções terapêuticas, pois permite ampliar o conhecimento sobre a formação e o desenvolvimento dos sintomas apresentados pelo paciente. Isto significa que “a TCC oferece uma perspectiva interessante para a integração com o campo da neurociência, uma vez que qualquer intervenção está vinculada a um suporte de pesquisa experimental e empírico” (Porto, Gonçalves e Ventura, 2010, p. 94). Se a neurociência precisa da psicologia para dialogar, ela tem na TCC uma forte aliada.

Em seu livro *Mente e Cérebro – dez experiências impressionantes sobre o comportamento humano*<sup>35</sup>, no qual procura apresentar, de forma agradável e envolvente, dez experimentos que marcaram o campo da psicologia, Lauren Slater (2004) afirma que a psicologia está inevitável e inescapavelmente caminhando em direção à mineração cada vez mais profunda das fronteiras biológicas. E nesse processo, a autora se pergunta se, à medida que avançamos no século XXI, os experimentos não-somáticos da psicologia serão abandonados e toda a psicologia experimental se remeterá ao nível da sinapse isolada. Em busca de alguma luz sobre o assunto, Slater conversa com Erik Kandel que acredita que descobriremos um dia os substratos neurais para tudo, para todas as experiências mentais. Neste dia, “quando os psicólogos tiverem feito, bem, então talvez o campo possa finalmente se libertar de seu cientismo para se tornar verdadeiramente científico”. Enquanto este dia não chega, a autora aguarda, num misto de esperança e medo, por não ter certeza se deseja “uma psicologia capaz de dizer que potencial de ação leva a qual neurotransmissor que leva ao sorriso que você vê em meu rosto” (Slater, 2004, p. 296).

---

<sup>35</sup> O curioso é que apesar de seu título em português, a obra recebeu, no original o nome de *Opening Skinner's Box* – que em uma tradução livre, seria *Abrindo a Caixa de Skinner* – fazendo referência a uma das primeiras histórias do livro. Entretanto, já podemos observar a tendência em associar os estudos da mente com o cérebro.

### 4.3. Que Psicologia afinal?

É preciso confessar uma abordagem restrita apresentada até aqui dessa relação entre os dois campos. Tanto a psicologia recortada quanto a área da neurociência utilizada se referem a uma parcela das múltiplas atuações dos profissionais relacionados. A imagem que se desenha é apenas de uma neurociência cognitiva dialogando com uma psicologia cognitiva e experimental. Dada à multidisciplinaridade da neurociência e a diversidade no campo 'psi', algumas escolhas foram necessárias.

Entretanto, essa relação não se restringe apenas a essas vias de troca. Como dito anteriormente, há tantas psicologias quanto trabalhos neurocientíficos possíveis. Obviamente, muitas outras formas de se entender psicologia foram deixadas de lado aqui, propositalmente. Cabe ressaltar que aquilo que se procura retratar é uma preocupação marcante do diálogo entre as duas áreas. Parece que para se articular com a neurociência, a psicologia deve, antes, se apresentar científica. Suas contribuições devem ser impregnadas por um caráter empírico e experimental; suas teorias devem ser, tomando de maneira simples as considerações de Popper<sup>36</sup>, susceptíveis a refutações frente aos dados neurocientíficos.

A relação se organiza a partir do estabelecimento de alguns pontos preliminares acerca do conhecimento científico no campo da psicologia. Esta precisa se apresentar de determinada maneira para atuar em conjunto com a neurociência. Mas será que isso é possível? Por que é preciso a psicologia se reorganizar? O que está “errado” com ela? Ela não é (ou não consegue ser) uma ciência psicológica, tal como a neurociência espera?

Se a temática do conhecimento científico se apresenta na psicologia como uma problemática, isto ocorre não devido aos métodos adotados pela Psicologia, mas como efeito da natureza de seu objeto de investigação. Na verdade, não faltam tentativas na Psicologia em empregar sucessiva ou simultaneamente todos os métodos de investigação que tiveram sucesso em outros domínios da ciência. Pode-

---

<sup>36</sup> Segundo Karl Popper, para considerarmos as afirmativas da ciência, é preciso que elas sejam refutáveis; assim, propõe o Princípio da Falseabilidade, que considera que para uma asserção ser refutável ou falseável, em princípio será possível fazer uma observação ou fazer uma experiência física que tente mostrar que essa asserção é falsa. Ver Popper, 2000.

se argumentar que sua incapacidade em se constituir como ciência provém do objeto ao qual o método tem sido e é aplicado. Ou seja, o problema da Psicologia é menos seus métodos e sim seu objeto mal definido. Esta é uma forma de problematizar, de forma simples, a possibilidade de uma psicologia científica.

Stéfanis Caiaffo aponta que ao olharmos a história das práticas psicológicas, podemos observar “uma proliferação feroz de definições, uma proliferação atroz tanto de escolas como de teóricos, teorias e conceitos que a historiografia só consegue extrair num mosaico nada unitário” (Caiaffo, 2009 APUD Arendt, 2010, p. 24). Isto significa que, a partir de um olhar historiográfico, o que podemos perceber na medida que a Psicologia vai se definindo, é o surgimento de diversas escolas de pensamento na Psicologia, assim como confrontos, questões e polêmicas, nos levando a estatutos sempre precários. Disso, conclui-se que “cada nova escola propõe um arranjo de duração própria, e ele valerá enquanto valem os problemas que ela apresentar, e seus operadores” (Caiaffo, 2009 APUD Arendt, 2010, p. 24). A partir disso, Arendt (2010) argumenta que a psicologia ainda encontra seus métodos ancorados no século XIX e XX, a partir de uma herança histórica de busca nas ciências naturais seu modelo de pesquisa.

De fato, parece que nenhuma discussão sobre a questão do conhecimento científico em Psicologia pode ser levantada, sem que antes haja uma investigação concernente à natureza do objeto psicológico, ou ao método e sua própria intenção científicista. Encontramos, na psicologia, diferentes e contraditórias definições a respeito de quais seriam as características e objetivos do campo em geral. Como bem define Arthur Leal Ferreira (2005a), uma marca que se pode atribuir à psicologia como um campo de saber e prática é a sua profunda dispersão. Dividida entre sistemas, projetos, escolas, teorias, hipóteses, orientações, aplicações, e marcas autorais, a multiplicidade que marca a psicologia não deve ser entendida como “uma interpretação plural de um objeto dado previamente, pois os psicólogos não concordam nem mesmo quanto à definição do seu próprio saber” (Ferreira, 2005a, p.1). Utilizando a imagem de uma cartografia de um arquipélago, Ferreira (2005a) aponta a psicologia como um conjunto disperso de sistemas, escolas, pequenas teorias e práticas, sem a existência de um projeto comum como unificador deste conjunto. Como o autor ressalta, “não se tratam aqui de divergências teóricas e metodológicas pontuais no interior de um mesmo projeto [...], mas da própria

definição do que é psicologia, da coabitação de projetos antagônicos” (Ferreira, 2005a, p.1).

Em seu texto chamado *A Psicologia de 1850 a 1950*, Michel Foucault (2002) traz pontos importantes quanto à sua formação histórica, sua pretensão científica e o estatuto polêmico da psicologia. Ao analisar e descrever os passos percorridos pela psicologia, Foucault (2002) reflete acerca da constituição desta como ciência, dos seus problemas e das soluções propostas para resolvê-los, da busca de novos princípios que se impõem à percepção da contradição inerente ao método adotado no que tange ao estudo das experiências vividas pelo indivíduo. Segundo Foucault, a psicologia do século XIX herdou do iluminismo a preocupação de encontrar no homem as mesmas leis que regem os fenômenos naturais. Dessa forma, a psicologia que se estabeleceu, surgiu como um empréstimo metodológico tomado das ciências da natureza e se assentou sobre dois postulados principais: que a verdade do homem se esgotava em seu ser natural; e que o caminho de todo conhecimento científico devia passar pela determinação de relações quantitativas, pela construção de hipóteses e pela verificação experimental (Moraes, 2003).

Desta forma, a psicologia estabelecida na segunda metade do século XIX é marcada pelos movimentos intelectuais e científicos da época. Isto fica claro para Foucault (2002), por esta adoção pela psicologia dos mesmos métodos das ciências naturais, em uma tentativa de se estabelecer como uma ciência do sujeito enquanto objeto natural, ao mesmo tempo que utiliza uma objetividade em seus métodos para lidar com esse objeto que recorta para si. Segundo Foucault (2002), a psicologia é influenciada pelo modelo físico-químico, se impondo a tarefa de encontrar, nos fenômenos do pensamento, os seguimentos elementares que os compõem; do modelo orgânico, a psicologia realiza os esforços para se manter em vista a realidade humana definindo-a por sua natureza orgânica – ou seja, toma o psiquismo, assim como é feito com o organismo, sua capacidade de adaptação e seu processo de regulações internas; por fim, do modelo evolucionista, a psicologia passa a descrever o indivíduo ao mesmo tempo como um processo de diferenciação e por um movimento de organização hierárquica; assim como procederam as espécies no curso da evolução. Como explica Foucault, “o fato psicológico não tem sentido senão com relação a um futuro e a um passado, que seu conteúdo atual assenta-se sobre um fundo silencioso de estruturas anteriores que o carregam de

toda uma história, mas que ele implica, ao mesmo tempo, um horizonte aberto sobre o eventual” (Foucault, 2002, p. 138).

No entanto, o método das ciências da natureza autoimposto pela psicologia tornou-se sem sentido, já que não conseguia descrever ou explicar a essência da significação das ações humanas. De acordo com Foucault, a psicologia passou a se contradizer: “[...] toda a história da psicologia até o meado do século XX é a história paradoxal das contradições” (Foucault, 2002, p. 133). Entretanto, é das contradições entre os objetivos e os postulados apresentados pela psicologia que ela foi impulsionada e constituiu um projeto científico que a diferenciou de outras áreas da ciência. Aos poucos, o confronto de diferentes ideias e pressupostos produziu na psicologia um novo próprio estilo, a especificidade de seu objeto de estudo e, portanto, o seu projeto como ciência independente.

Em outras palavras, com o intuito de mostrar que o homem era uma extensão da natureza, a psicologia ergueu-se a partir dos postulados de rigor, objetividade, neutralidade. No entanto, sua história foi marcada por sucessivos impasses e dificuldades na execução desse projeto e daí decorre o caráter paradoxal e contraditório que atravessa a história da psicologia (Moraes, 2003). A unidade da psicologia passa a se constituir a partir desse “projeto muito curioso de conhecer o homem” (Foucault, 2002, p. 220), visando identificar as características de uma nova organização subjetiva e criar práticas que ajudassem os homens a enfrentar as consequências geradas por um novo estilo de vida. Para tanto, diferentes áreas da Psicologia se estruturaram, definiram interesses e campos de atuação específicos, bem como forneceram diferentes interpretações da existência humana. Nesse sentido, mesmo que de maneira simplista, podemos entender essa unidade que forma a psicologia.

Pretendia a psicologia ser uma ciência, ou mesmo a única ciência, que poderia falar do homem sem que as suas teorias fossem postas em dúvida, já que o método que utilizava estaria sob os rigores metodológicos e positivos das ciências naturais? Desde sua “origem” – as aspas servem para remeter a essa pretensão de se falar numa psicologia científica – a psicologia é marcada por essa questão. Ela precisa fazer uma espécie de balanço a fim de acertar contas com os elementos que lhe constituem enquanto saber e que se tornam um entrave para as tarefas que ela mesma se propõe a realizar.

Diferente de Foucault, Georges Canguilhem, em seu artigo *O que é a psicologia?* (2012), afirma que a psicologia não apresenta um projeto científico unificado. Ao se perguntar “o que é a psicologia?”, Canguilhem afirma que:

“[...] para a psicologia, a questão de sua essência, ou mais modestamente de seu conceito, coloca em questão também a própria existência do psicólogo, na medida em que, por falta de poder responder exatamente o que ele é, se tornou para ele bem difícil responder sobre o que ele faz. Ele só pode, então, procurar numa eficácia sempre discutível a justificação de sua importância de especialista, importância da qual desagradaria a um ou a outro que ela gerasse para o filósofo um complexo de inferioridade” (Canguilhem, 2012, p. 401).

Para encontrar alguma luz diante da pergunta, Canguilhem considera necessária uma esquematização da história da psicologia, considerada em relação com a história da filosofia das ciências. É a partir dessa abordagem do assunto que o autor considera que diversos interesses e objetivos distintos entre si geraram vários projetos independentes e divergentes (como, por exemplo, o de alinhamento da psicologia às ciências naturais e o de criação de uma ciência do comportamento, entre outros) que configurariam a psicologia. Em outras palavras, teríamos tantas “psicologias” quanto o número de projetos existentes, sendo cada uma destas, determinada por seus problemas, objeto de estudo e procedimentos metodológicos particulares. Tal como a imagem de uma cartografia de um arquipélago de Ferreira (2005a), a fragmentação seria a característica básica do campo psicológico. Por isso, segundo Canguilhem, não seria possível detectar, em meio à tamanha heterogeneidade da psicologia, um projeto científico único para a disciplina.

A partir das considerações de Canguilhem – que enfatiza a multiplicidade de projetos para a psicologia em geral –, é possível argumentar que cada uma das diversas especialidades psicológicas absorve tal multiplicidade e, em decorrência disto, também não apresenta um projeto único que a defina. Cada uma de suas inúmeras abordagens teórico-práticas que marcam o campo da psicologia teria objetivos muito distintos e projetos inconciliáveis, o que exigiria uma análise compartimentada de seus trabalhos. Em outras palavras, não seria possível detectar, em meio à tamanha heterogeneidade, características comuns às diferentes abordagens, de modo a definir um projeto científico único para o campo.

Tendo em vista esta multiplicidade do conhecimento psicológico em sua formação, Luís Cláudio Figueiredo (2007) busca traçar, a partir do projeto de fazer da psicologia uma ciência independente, as posturas alternativas em suas

articulações com este projeto. Segundo o autor, somente assim os modelos de inteligibilidade e os interesses expressos nas várias posições teóricas e metodológicas, presentes no campo da psicologia, podem revelar o seu alcance e o seu significado. A estes interesses e modelos, por atuarem como geradores de uma variedade quase infinita de escolas e “seitas” psicológicas, Figueiredo denomina de *matrizes do pensamento psicológico*.

Cada uma das matrizes consideradas pelo autor recebeu uma designação que aponta para o grande conjunto cultural que se encontra em sua origem. Dessa forma, Figueiredo considera que o campo da Psicologia se constitui pela existência de um complexo de relações sincrônicas, caracterizadas pelo antagonismo entre diversas orientações intelectuais irredutíveis umas às outras – apresentadas pelas matrizes do pensamento.

Cada uma dessas matrizes possui um significado a partir dos conjuntos culturais de que as compõem, ao mesmo tempo em que apresentam uma relação com o projeto autocontraditório de constituição da psicologia como ciência independente. Inicialmente, o autor segrega dois grandes agrupamentos de matrizes do pensamento psicológico que, subdividem-se em outras tantas oposições internas. Por um lado, encontram-se as escolas e movimentos sendo gerados por *matrizes científicas*, em que a especificidade do objeto (a vida subjetiva e a singularidade do indivíduo) tende a ser desconhecida a favor de uma representação mais ou menos bem-sucedida e convincente dos modelos de prática vigentes nas ciências naturais. Quando, seguindo esta linha evolutiva, a psicologia ultrapassa o nível da imitação formal e caricata, é para extinguir-se como ciência independente e afirmar-se solidamente como uma disciplina biológica.

Do outro lado, encontram-se os movimentos gerados por *matrizes “românticas” e “pós-românticas”*. Nestas, se reconhece e sublinha a especificidade do objeto – atos e vivências de um sujeito, dotados de valor e significado para ele –, e reivindica-se a total independência da psicologia diante das demais ciências. Entretanto, estas matrizes carecem completamente da segurança garantida pelo *status* científico que a outra grande matriz de uma forma ou de outra ostenta. Veem-se obrigadas, então, a procurar novos cânones científicos que legitimem suas pretensões.

Ao discutir sobre esta dispersão do pensamento psicológico, Figueiredo acompanha Canguilhem e considera a existência de vários objetos a partir dos quais

se definiriam diferentes objetivos e procedimentos para a psicologia. Enquanto Canguilhem estabelece a existência de múltiplas psicologias – uma psicologia como ciência natural, uma psicologia como ciência da subjetividade, que se dividiria numa física do sentido externo, numa ciência do sentido interno e numa ciência do sentido íntimo; e, uma psicologia como ciência das reações e do comportamento – Figueiredo propõe suas *matrizes do pensamento psicológico* (2007).

Apesar de diferentes, ambos os autores assumem a existência de uma divergência essencial de interesses na psicologia. Entretanto, Figueiredo aponta que esta divergência é apenas um aspecto da questão, sendo outro ponto a existência de um projeto de psicologia como ciência independente. Apesar de se tratar de um projeto autocontraditório, as oposições e conflitos existentes no campo da psicologia devem ser compreendidos como momentos essenciais deste projeto e não como fricções acidentais entre projetos independentes (Figueiredo, 2007).

Ferreira (2005b) propõe uma outra forma de se pensar historicamente o surgimento da psicologia a partir da irrupção de condições bem peculiares, que teriam surgido de forma diferenciada a partir do século XVI e que confluíam para a necessidade do conhecimento de si, da busca de uma natureza na individualidade e interioridade humanas. Segundo o autor, mais do que uma tomada de consciência, teria se produzido uma nova experiência da relação consigo e com os demais, em que um conhecimento disciplinado e naturalizado se tornou necessário.

Assim, Ferreira (2005b) considera que não teria irrompido uma única experiência peculiar que teria contribuído, na modernidade, para o surgimento da psicologia, mas sim diversas, que, em seu emaranhado, teriam conduzido a uma multiplicidade de orientações em psicologia. Conseqüentemente, a multiplicidade da psicologia é o produto não de um descuido científico ou de uma imaturidade do saber psicológico, mas o eco dessa profusão de experiências e do modo como elas se articulam na construção de um solo psicológico. Portanto, é a partir de experiências que marcam a modernidade e constituem um solo sempre fragmentado da psicologia.

Para Ferreira (2005b), para se reconstruir a história da psicologia é preciso tanto observar as condições da psicologia numa série de transformações intelectuais, ideológicas, conceituais e metodológicas, assim como considerar as redes de interesses (dos próprios pesquisadores, do público e das agências de fomento) e de práticas sociais (ao menos da comunidade dos pesquisadores).

Explicitamente apoiado em Latour (2001), Ferreira retoma o modelo circulatório da ciência e busca a rede conceitual e de práticas sociais que possibilita o surgimento da psicologia.

Tomando o conjunto do saber e das práticas psicológicas contemporâneas, Ferreira (2005b) considera algumas experiências constitutivas fundamentais que estariam presentes em todas as psicologias, a saber à constituição de um domínio de interioridade reflexiva, a nossa subjetividade e a um campo de singularização valorativa num espaço coletivo, a nossa individualidade. É a partir de uma série de transformações na estrutura do conhecimento, que levaram à possibilidade de uma peculiar ciência do homem no século XIX que se dá uma cientifização destas experiências, possibilitando a demarcação de uma psicologia científica. Graças à Constituição Moderna (Latour, 1994), em sua tentativa de separação entre um domínio de seres naturais e outro de seres humanos a partir do final do século XVI, que podemos pensar a possibilidade da psicologia. Como explica Ferreira:

Apesar de não ser abordada por Latour, a psicologia, como ciência humana, pode ser vista como um outro tipo de híbrido colateral, onde os seres humanos passariam a ser representados em laboratórios. Seria um saber híbrido, uma vez que ciência e humana ao mesmo tempo, multiplicado em sua diversidade graças a este esforço de purificação moderno: são muitas formas de se fazer ciência acopladas a muitas imagens de homem. É desta forma que a psicologia é recusada pelos cientistas e epistemólogos por ser por demais plural em suas vertentes e escolas, ao mesmo tempo que desdenhada pelos humanistas por seu pretense naturalismo, desagradando a todos os puristas de nossa modernidade. (Ferreira 2005, p. 44).

Entretanto, essa psicologia que surge se caracteriza por sua pluralidade. Para explicar a pluralidade do campo psicológico, Ferreira, (2001) parte de um modelo que designa de *Máquina de Múltiplas Capturas*. Segundo o autor, o funcionamento desta Máquina ocorreria em algumas fases. Em um primeiro momento pode-se dizer que todas as psicologias advêm de uma série de experiências sociais ou psicotécnicas como a busca de verdades via confissão, a tentativa de disciplina sobre as condutas individuais, o exame das nossas experiências pessoais visando preveni-las das ilusões, a tentativa de controle da loucura, ou ainda o isolamento e ortopedia da infância.

Num segundo momento, estas práticas demandariam um lastro de verdades, buscando em métodos e conceitos das ciências naturais como a física, fisiologia e biologia. Por seu suposto poder de ser ciência, detendo portanto o capital moderno de dizer verdades, as psicologias extraem a sua força do seu cruzamento entre

aparatos científicos (métodos, modelos formais e conceitos extraídos de outras ciências) e práticas sociais solidificadas (Ferreira, 2007). Deste cruzamento de conceitos e métodos científicos com práticas sociais surgiriam as diversas orientações psicológicas. Por fim, num terceiro momento este cruzamento das psicotécnicas com os modelos e métodos das ciências viria a produzir novas formas de subjetivação, dado o poder das diversas orientações na psicologia de enunciar as nossas verdades. O efeito disso seria uma reorganização das práticas sociais, produzindo um efeito cultural massivo da psicologia.

A preocupação de Ferreira é revisitar a questão da pluralidade da psicologia num quadrante “mais além das epistemologias”, retornando novamente a Latour, e se aproximando da Política epistemológica de Isabelle Stengers e Vinciane Despret. Assim, a pluralidade da psicologia é considerada num sentido positivo. Esta é vista como composta de versões que se tornam mais fecundas na medida que guardam referência às demais. Entretanto, isto se torna um problema no momento em que estas versões passam a operar de modo totalizante, gerando visões, excludentes de outras. Este efeito não seria próprio apenas da psicologia; é válido para as demais ciências e reflete que Stengers e Despret atribuem a generalização em sua epistemologia política. Como explica Latour (2009, p.53-54), “a generalização deve ser o veículo para se viajar através do maior número de diferenças possíveis – então maximizando as articulações – e não uma forma de diminuir o número de versões alternativas do mesmo fenômeno”.

Ferreira conclui que se algo une as diversas psicologias é a sua múltipla capacidade de fabricar sujeitos, seja na divulgação do seu saber, assim como no trato, diagnóstico e nas atividades de pesquisa. Esta articulação produtiva de subjetividades na pesquisa não é concebida, como visto, como um resto parasitário. Entretanto, o problema é a frequente ocorrência da extorsão dos testemunhos (Stengers, 1990); não apenas pelo modo como as tarefas são demandadas, mas especialmente pela forma como estes testemunhos se colocam, raramente apresentando problemas ou questões.

Isto é melhor entendido quando Alexandra Tsallis, Arthur Ferreira, Marcia Moraes e Ronald Arendt (2006) lançam mão da perspectiva da Teoria Ator-Rede (TAR) não para demarcar a especificidade do saber psicológico em contraste com os demais, bem como as suas condições de possibilidade históricas. Assim, apoiados no modelo circulatório de Latour (2001) e nas considerações feitas sobre

ao projeto de Modernidade discutido por Latour (1994), os autores observam o surgimento, o lugar e o caráter paradoxal das psicologias, ao juntarem o que a modernidade separou, e fazendo o conhecimento circular por vias muito diferentes das demais ciências.

Intencionados a entender como as psicologias, em sua pluralidade, se mantem circulando no sistema circulatório científico, os autores propõem que as técnicas de inscrição deste saber produziriam (ou extorquiriam) testemunhos não mais de objetos, mas de sujeitos. Desta forma, em relação a Mobilização do Mundo, ou seja, em referência ao conjunto de meios pelos quais os não-humanos são inseridos no discurso, observa-se nas psicologias técnicas de inscrição que são em geral capturadas de outras ciências como física, química ou biologia. Disto resulta, no campo psicológico, em técnicas de mobilização forjadas que não circulam de forma livre em sua extensão; elas trafegam apenas no campo de uma determinada orientação onde ela pode ser forjada. Como ressaltam os autores, não seriam o que Latour designa como móveis imutáveis (2001), mas imóveis imutáveis, ou imóveis mutáveis, como veremos mais adiante graças a sua relação com o público.

Em relação à Autonomização, ou seja, a demarcação de um campo de especialistas em torno de uma disciplina, observa-se, em referência à Canguilhem (2012), um consenso entre os psicólogos mais pacífico do que lógico, dado o conjunto de orientações e projetos presentes em nosso campo. O resultado disso seria, além da uma geopolítica fragmentada, uma fronteira porosa no campo da psicologia, abrindo-se nas mais diversas direções: psiquiatria, pedagogia, administração e neurociências, criando vários espaços indiferenciados ou zonas neutras. Nossas relações, às vezes são mais sólidas com o espaço externo do que interno.

Quanto às alianças ou o recrutamento do interesse de grupos não científicos, estas seriam ambíguas, pois se é registrável um interesse cada vez maior do setor privado, governamental e mesmo militar, este interesse não é comparável ao depositado nos demais setores científicos. Se inicialmente este interesse se centrava no campo da seleção para uma determinada aptidão ou perícia, hoje ele preenche outras funções, como o campo da saúde.

Segundo os autores, estas alianças operadas ignoram a complexidade e pluralidade do nosso campo, mantendo alguma fé em nosso suposto saber sobre a natureza humana. No campo das Representações Públicas, ou o conjunto de efeitos

produzidos em torno do cotidiano dos indivíduos esta fé é ampliada, guardadas algumas desconfianças. É aqui que podemos reconhecer a grande força das psicologias, pois, mais do que produzir testemunhos isentos de sujeitos, elas extorquem testemunhos (Stengers, 1990), mais fabricam do que revelam nossos eus. Tomando certas orientações psicológicas com maior poder de difusão como a Psicanálise, podemos perceber que não conseguimos nos relacionar conosco ou com os demais sem categorias como as de Inconsciente ou Complexo de Édipo. A partir disso, os autores afirmam que as psicologias produzem imóveis (pois só circulam no interior de certas orientações) mutáveis (transformando e fabricando a experiência dos sujeitos).

Inevitavelmente, a combinação disso tudo proporciona à Psicologia uma composição do campo a partir de uma série de nós e vínculos conceituais parciais sem um nó maior que a amarre. Este nó é frouxo até mesmo na definição do que vem a ser a psicologia (ciência do comportamento? dos fenômenos mentais? da experiência? Do inconsciente?).

A partir disso, os autores concluem que a Psicologia seria composta por vários sistemas circulatórios, mas que não se comunicam entre si; somente com o tecido da rede social e a rede das demais práticas científicas, bordando e moldando a nossa subjetividade de acordo com algumas orientações. O que produz esta curiosa configuração? Para isso, retornam ao terreno da História da Psicologia para buscar as fontes desta pluralidade, e consideram que a psicologia é produto da “impossível modernidade” constituída no século XVII na tentativa de clivagem e purificação de entes humanos e naturais, tal como descrita por Latour (1994).

Segundo Latour (2002), a psicologia operaria como uma bomba de sucção dos seres híbridos no plano subjetivo, relegando a meras crenças tudo aquilo que viria a escapar a uma existência objetiva. Remetendo à Canguilhem, a tarefa da psicologia seria a de fornecer uma desculpa do espírito perante a razão. De fato, a psicologia no século XIX se organiza a partir da tarefa inicial de se tornar uma ciência objetiva dos erros da nossa subjetividade, buscando a verdade de nossos erros. Mesmo em nome de uma verdade triunfante, nada mais híbrido (Tsallis e colaboradores, 2006).

Mesmo com o surgimento de novas escolas, com novas questões, a psicologia mantém o seu afã hibridizante. Por tentar fazer ciência daquilo que escapa à ciência, do que é posto em suspenso na ação científica (as representações,

a interioridade), a psicologia promove uma nova mistura do que havia sido bem segregado na modernidade: objetiva-se (naturaliza-se) o sujeito e subjetiviza-se o objeto científico. Para Tsallis, Ferreira, Moraes e Arendt (2006), esta hibridação nada tem a ver com o monismo mestiço dos pré-modernos; para que esta nova mistura ocorra é necessário que a busca de purificação moderna tenha se processado, e se ampliado ao ponto de que cada um dos domínios segregados lance suas redes na direção do seu oposto. No caso da psicologia, trata-se da ampliação do domínio científico na direção daquilo de que ele havia se segregado (as qualidades secundárias, ou as nossas representações mentais equivocadas, as crenças e a nossa interioridade), ao mesmo tempo em que a política e a administração passam a buscar substratos científicos na sua disseminação. Em outras palavras, a psicologia constituiria um espaço forte de mestiçagem, onde operadores científicos das ciências naturais se fundem a conceitos antropológicos, reificando certas práticas sociais.

Este efeito hibridizante que marca a psicologia é contrário às intenções puristas também dos diversos fundadores da psicologia, e que se radicaliza a cada nova refundação e tentativa de purificação por parte deste saber. Daí também decorre o fato da psicologia ser constantemente atacada pelos críticos puristas: para os epistemólogos, ela seria demasiado política e plural; para os críticos sociais, má política e por demais naturalista. Críticas que por sua vez instigam novas tentativas de fundações purificadoras, e por conseguinte o surgimento de mais e mais híbridos (Tsallis e colaboradores, 2006).

Os autores concluem que na psicologia não se hibridiza apenas homem e natureza, mas na sua sequência uma subjetividade cindida entre um domínio empírico e outro transcendental, e uma forma de individualização autonomizante e outra controladora. Gestando sujeitos, indivíduos e interioridades. Assim:

“A psicologia talvez nada produza de novo, mas possui, contrária à sua vontade, uma função de ligação e mistura digna do deus Hermes. Por que não efetivar este efeito colateral concreto em norma, recusando a norma ideal de purificação impossível (trata-se de um importante catalizador de hibridações), tomando-se a interdisciplinaridade, a mestiçagem, antropofagia e a hibridação como signos fortes para este saber? A psicologia não seria nem moderna, nem pré-moderna, nem mesmo pós-moderna (que nada mais seria que o sentimento de desencanto e impossibilidade mediante o fracasso moderno), mas nas palavras de Latour: simplesmente a-moderna na sua prática. Aqui a necessidade imperativa de uma pragmática forte que dê conta da fabricação de sujeitos híbridos” (Tsallis e colaboradores, 2006, p.81).

A partir da Teoria Ator-Rede, cada autor elabora um novo olhar sobre a psicologia, assim como novas possibilidades de ação para o campo. Entretanto, cabe ressaltar que interessa mais aqui compreender como a Psicologia tem se apresentado e tentado se articular com a Neurociência. Por isso, é fundamental a análise apresentada; se a psicologia é caracterizada por esta forte mestiçagem, por um efeito hibridizante, em sua tentativa de fazer ciência aquilo que escapa, ao se encontrar com a neurociência, retoma sua problemática de cientificidade. O efeito disso é a reinvenção tentativa de purificação por parte do saber que se apresentará para a neurociência.

Ao mesmo tempo, ao se legitimar no discurso neurocientífico, a psicologia encontra um novo híbrido, um novo fe(i)tiche: o cérebro. Apresenta-se para a psicologia um novo sistema circulatório que a permitiria uma nova tentativa de fundações purificadoras, e, por conseguinte o surgimento de mais e mais híbridos. Entretanto, isto apresenta um preço à psicologia é preciso novamente assumir seu caráter moderno e definir para si um objeto purificado. No cérebro, é possível para a psicologia se apresentar científica, assumindo para si, novamente, métodos adotados das ciências naturais.

Na verdade, não poderia ser mais simples: interessa a psicologia se articular na neurociência. Entretanto, interessa ao que Figueiredo se referiu à matriz cientificista. Mesmo que isso acentue uma naturalização do pensamento, uma biologização da subjetividade. O Sujeito Cerebral – apontado por Ehrenberg – é o preço a pagar para a psicologia. E isso não parece ser um problema, pelo menos não é o que parece para à psicologia que se apresenta no campo neurocientífico.

Resta a dúvida: será um preço alto demais a se pagar ou valerá a pena?